

REVOLUÇÃO FRANCESA: DUZENTOS ANOS

“Les Français arrivent tard à tout mais enfin ils arrivent”

VOLTAIRE (1694-1778)

Gabriel Lomba Santiago
Instituto de Filosofia – PUCCAMP

INTRODUÇÃO

História moderna e filosofia moderna são difíceis de definir e enquadrar cronologicamente. As datas serão, portanto, convenções de historiadores, filósofos, políticos, economistas, sociólogos onde a Europa atua como paradigma, omitindo ou minimizando a história real de outros povos.

A Europa ditará o que é moderno enquanto conceito e prática a povos fora de seus limites pela via da dominação e expansão colonial sobre a Ásia, América, África e Oceania.

Por Idade Moderna, os europeus entenderam o desmantelamento do feudalismo, o aparecimento das nações em que burgueses, classe média, comércio e indústria são o grande destaque.

O pensamento livre flui com os humanistas e propagou-se até os nossos dias articulando com certa lógica o resultado da ação humana no tempo vivido.

Mudanças profundas ocorridas do século XVI ao XX, sugerem à filosofia determinada precisão terminológica do conceito de **revolução**: movimento que tem a capacidade de transformar profundamente a ordem social, comercial, industrial, agrária, nacional e cultural.

O que há de comum a todas as revoluções? insatisfação popular, a crise do aparelho do Estado, a organização política dos revolucionários. Exemplos clássicos temos: a Revolução Inglesa de 1640, a Francesa de 1789, a Russa de 1917. Nessas revoluções um fato novo era claro: a tomada do poder político por uma nova classe.

Do núcleo da Revolução Francesa de 1789 a 1799 irradia a revolução social, nacional, intelectual, comercial e agrária.

I. O PROBLEMA DA HISTÓRIA E A OBJETIVIDADE

O pensamento filosófico sobre a história não implica necessariamente na construção de poderosos sistemas e correntes teóricas de índole meramente especulativos. Uma versão crítica do próprio sentido da investigação dos fatos, possivelmente fornecerá subsídios para uma nova concepção do valor da história evitando-se o absolutismo de sistemas e teorias e conseqüentemente libertando o pensamento histórico de grandes esquemas, permitindo que a história seja evidentemente mais fluída.

A história enquanto estudo da atividade humana, sofre no tempo as diversas influências da subjetividade dos historiadores como também a ação da investigação científica a fim de que os fatos possuam a necessária credibilidade e tenham a devida justificação os conceitos de **intenção**, **motivo** e **razão**. Por isso se requer e há exigências de **compreensão** e **explicação** em história contribuindo para que os fatos não sejam envolvidos subrepticamente sob a ação das ideologias existentes, neutralizando através destas o caráter da objetividade.

As crenças provenientes da Idade Média sedimentadas na ordem metafísica encontrariam no sec. XVII forte reação com a expansão gradativa das ciências físicas (experiência) e da matemática que motivaram no plano intelectual fortes debates entre grupos conservadores e inovadores no âmbito da moral, natureza, conhecimento, política, etc. Problemas de método indutivo, dedutivo tomavam as discussões na tentativa de melhor fundamentar o conhecimento verdadeiro. Intelectuais como Descartes, Hobbes, Spinoza, Locke, Rousseau estiveram envolvidos nessa polêmica pelo saber correto: saber para uns inato e para outros fruto da experiência. Isto levava-os logicamente ao estudo da natureza da mente e dos objetos. Como consequência aparecem problemas teórico-práticos: as questões filosóficas são, por natureza, distintas dos problemas científicos de base empírica cuja linguagem os distingue?

Por outra parte, era necessário dar solução a problemas de Estado, Sociedade, Economia, pois se projetavam rapidamente. Era a tarefa dos pensadores do séc. XVII.

Caminhava então, certo interesse pela **precisão** e por consequência o abandono do **acaso** ou mesmo da "ação divina". Assim os fatos recebiam maior interesse através do tratamento dado pelas ciências naturais, tentando buscar leis que justificassem os fatos e colocando a história não como mera fragmentação ou acontecimentos dispersos, mas como um fundamento coerente e explicável naturalmente. Não obstante, esta solução encontrava obstáculos em virtude da própria compreensão que se dava ao conceito de natureza: por que um fato deveria ocorrer necessariamente? Logo não deixava de ocorrer na mente dos pensadores a tentação para soluções ideias em relação ao Estado, política e a sociedade. Era a tentação

que atingia os "iluministas". Vico (1668-1744) por exemplo, nega a fundamentação matemática na explicitação do conhecimento verdadeiro proposto por Descartes. Em outras palavras: a solução matemática não seria o critério único de conhecimento aplicável universalmente. Mais ainda: a história não seria inferior as ciências naturais e exatas mas seria um modo distinto de analisar os fatos. Aqui não se deve esquecer que tanto Vico como Herder traziam no seu interior a influência da escolástica do seu tempo e a tarefa histórica deles era marcadamente metodológica.

Os métodos da investigação da história foram importantes, inclusive a utilização de **modelos**. Um modelo é uma construção simplificada para explicar o funcionamento de um fato da realidade. E por modelo se entenderá a representação formal de conhecimentos ligados a um fenômeno mediante o uso de hipóteses sobre o fenômeno e das leis que o regem.

Um exemplo de modelo poder ser encontrado na obra de Michel Vovelle em "Piété baroque et déchristianization en Provence au XVIII siècle" em que se tenta analisar cientificamente, por meio de dados objetivamente mensuráveis, a descristianização produzida na França no séc. XVIII relacionada com a Revolução. Mas é importante lembrar que os modelos tem limitações quando se pretende quantificar fenômenos econômicos, sociais etc. Filósofos da história que sustentaram em várias épocas que a história se ajusta a um modelo governado por leis, contudo, seus argumentos não foram suficientemente confiáveis, produzindo um certo ceticismo. "Se história significa história científica, devemos falar de 'provas' e não de 'fontes'. E quando tentamos definir 'provas' com o mesmo espírito com que definimos 'fontes' achamos isso muito difícil. Não há nenhum teste, breve e fácil, pelo qual possamos concluir se um dado livro é ou não susceptível de fornecer provas acerca dum certo assunto e é claro que não há nenhuma razão para limitarmos aos livros a nossa pesquisa".¹

Uma análise que leve em conta a inter-relação dos diversos fatores no sentido do fato de que leis, instituições e programas são um complexo coerente e não elementos isolados, corresponde a uma boa objetividade evitando-se erros como por exemplo o de confundir a crítica dos abusos do Antigo Regime feita pelo reformismo aristocrático ilustrado com a formulada pela burguesia revolucionária. O argumento de que se possam estudar fatos isolados da história sem fazer referência a contextos gerais equivale a afirmar que políticos e legisladores agem de forma neutra sem ter em vista conservar ou mudar formas determinadas da organização social ou sem consciência das conseqüências que pode resultar de uma ação política ou da promulgação de uma constituição.

A história não parece ser ciência do passado mas ciência do homem, seu objeto são as sociedades humanas em coletividades e assim é história social. O objetivo da história é antes de tudo verificar como

funcionam as sociedades no passado para que possamos entender como atuam hoje, ou seja, ajudar pessoas a compreender a sua situação, deixando de lado a nossa mera curiosidade ou velho jargão clássico de "enriquecermos culturalmente".

É possível a objetividade na história? Como atingir um conhecimento objetivo do passado humano se o historiador não pode aspirar a explicar a totalidade dos fatos? Parece-nos que o historiador deve escolher, diante da multidão de fatos que conhece, aqueles que lhe parecem mais significativos embora corra o perigo de falhas na sua objetividade.

Ao se estudar a Revolução Francesa podemos escolher os aspectos positivos ou negativos. Embora busquemos ser os mais realistas objetivamente, estamos profundamente marcados pela maneira de entender a sociedade em que vivemos. Atitudes políticas e ideológicas sempre condicionarão nossa capacidade de compreender e explicar os acontecimentos.

Quais as causas que motivaram a Revolução Francesa? A relatividade das interpretações históricas sobre o acontecimento variaram enormemente do séc. XVIII ao XX. Michelet (1798-1874) em sua "História da Revolução Francesa" afirma que a causa fundamental da Revolução foi a fome e a miséria a que o povo estava submetido, porisso levantou-se contra a opressão da aristocracia reinante. Mas para Jean Jaurès (1859-1914) na sua "História Socialista da Revolução Francesa", a causa determinante foi a riqueza da burguesia que pretendia participar do poder, eliminando os obstáculos ao desenvolvimento econômico e conseqüentemente a sua própria subida ao poder.

Num primeiro momento, os dois historiadores apresentam paradigmas distintos nas suas teses e nos levam a pensar criticamente sobre a fragilidade das metodologias de investigação. Contudo, a investigação levada a efeito por Ernest Labrousse sobre a economia e a sociedade francesa do séc. XVIII demonstra que as teses não eram antagônicas mas complementares: "Uma conjuntura desfavorável reúne ao mesmo tempo, na oposição, burguesia e proletariado. Neste sentido a Revolução surge como uma revolução da miséria". Mas "o século XVIII continua a ser no fundo, um século de expansão econômica, de subida dos rendimentos capitalistas, de aumento da riqueza burguesa e do poder burguês. Como tal prepara a Revolução, uma revolução de prosperidade".

As interpretações portanto não são contraditórias, pois a revolução da propriedade é a face bipolar de um mesmo processo, conferindo à burguesia uma consciência de classe que a projeta em dirigente de movimentos populares. As teses de Michelet e Jaurès eram verdades parciais e a síntese de Labrousse não abrange a totalidade da verdade. O acontecimento é um fenômeno complexo e vasto, porisso descobriremos sempre novos elementos e adicionaremos novas perspectivas ao conjunto.

II. A EUROPA DO SÉCULO XVIII

A Europa de 1713 a 1789 estava profundamente marcada pela guerra persistente no sentido de dominar regiões estratégicas e estados. A guerra se propagou ainda mais com a expansão marítima pelo domínio dos mares e pela conquista de novas terras.

Espanha e Suécia no começo do século entram em decadência irreversível. No meio do século a projeção de Brandenburgo-Prússia por meio de guerras. De 1760 a 1770 a fragmentação e repartição do Império Otomano. O surpreendente crescimento do poderio russo, a expansão do Império Britânico e a relativa decadência da França já se percebiam a partir de 1713. Realmente as potências européias eram parte única de um sistema de um único Estado.

Nesse sistema de Estados, cada vez mais unificados, existia a diversidade social, econômica, administrativa entre as diferentes regiões da Europa e do próprio Estado. As rivalidades dos "déspotas esclarecidos", dos ministros reformadores, de industriais criativos e de pensadores mordazes não foram em vão, mas apesar das conseqüências dos seus esforços, não deixaram de ser superficiais. A mudança econômica e social no lugar onde se efetivou, aprofundou o abismo entre as distintas partes da Europa.

A expansão da revolução industrial britânica, especialmente de 1750 em diante, provocou influências leves na França e nos países baixos austríacos e em mais algumas regiões da Alemanha. Em conseqüência amplia-se ainda mais o visível subdesenvolvimento econômico e social da Europa oriental e central.

Antes mesmo de começar a revolução industrial, o comércio, o crescimento populacional e a organização financeira tinham sedimentado sobre as regiões mais prósperas da Europa ocidental um modo mais moderno de sociedade, cujo epicentro era a riqueza.

Os obstáculos encontrados na França para impedir essa modernização, geraram na burguesia francesa um desafio potencialmente revolucionário que se manifestou explosivamente em 1789.

Por outro lado, na quase totalidade da Europa central a sociedade continuava no seu tradicionalismo habitual com forte caráter medieval, baseado em "ordens" e altamente submissa aos monarcas. Assim, a resistência à mudança era tranqüila. Provavelmente a maior parte dos europeus de 1700-89 estavam mais próximos do sec. XIII do que do século XIX.

Apesar de tudo, devemos lembrar que foi nesse século XVIII onde a vida intelectual projetou mudanças e conheceu a expansão, especialmente a artística, literária, política e nas ciências físicas deu-se um processo acumulativo do conhecimento. Ao mesmo tempo propagava-se a

“perigosa” idéia de que a felicidade pode e deve ser a condição normal da vida humana.

Na América fundou-se um novo Estado independente, de origens europeias. A industrialização moderna que não se podia limitar à Inglaterra, mudava a vida do homem comum. A difusão das idéias por meio da palavra escrita tomava proporções gigantescas. Não obstante, nos encontramos distantes do mundo moderno de 1789, com uma Europa fragmentada e tradicional e sem exércitos populares além da ausência da participação das massas na política. Mas, precisamente aí, brotou o mundo moderno com o estalo da Revolução Francesa.

O século XVIII trouxe à tona problemas que afetariam a relação entre Europa e outros continentes especialmente o grande fluxo de imigrantes. Apareceram muitas críticas dos iluministas contra o tráfico de escravos e um poderoso movimento abolicionista na Inglaterra além de fortes críticas dos intelectuais contra a expansão imperialista, denunciando os abusos cometidos contra populações indígenas da América espanhola e da Índia inglesa.

III. A CONTROVERTIDA REVOLUÇÃO FRANCESA

A revolução manifesta no seu início, acentuado estado emotivo das massas populares, o segundo momento a fase organizativa e executiva e num terceiro momento o seu período controvertido diante da agressividade contra amigos e inimigos da revolução.

Os acontecimentos de 1789 que parecem ser indicativos de uma nova era na Europa e no mundo com a reunião dos Estados Gerais em maio, a tomada da Bastilha em Julho e a destruição do feudalismo não foram apreciados pela maioria dos habitantes europeus. Para muitos parecia ser o resultado natural dos fracassos militares da França na década de 1780.

O que tornou inevitável este acontecimento foi a incapacidade da monarquia para gerir a administração pública, o egoísmo, os privilégios e a irresponsabilidade de grupos e instituições privilegiadas que encharcavam a França e grande parte da Europa.

As deficiências de Luis XVI, bastante alheio a seu povo e seus problemas e o modo que se permitiu o desenvolvimento dos privilégios contribuíram para a rápida derrocada da monarquia e alto clero. O poder do privilégio, resultantes da história e da tradição realmente destruíram o antigo regime. As idéias radicais reinantes, o sofrimento generalizado do povo, por si mesmas não teriam levado às conseqüências de 1789.

Pela brecha aberta da velha estrutura avançou a força da ambição e da frustração da classe média, classe dinâmica e criativa da vida

francesa que construiu seu desenvolvimento econômico e intelectual em décadas anteriores.

Em 1786 o governo francês estava na bancarrota e Calonne, "Contrôleur-Général des Finances", propunha alterar as normas de impostos para maior ingresso de recursos, especialmente um novo imposto sobre a terra. Os planos de Calonne estavam condenados ao fracasso diante da pressão da nobreza e da hierarquia eclesiástica. Esta oposição e a ojeriza do povo pelo despotismo ministerial como também a liquidação dos direitos tradicionais (espécie de constituição) favoreceram o caminho para a Revolução.

Nos últimos meses de 1788 e começo de 1789, os membros não privilegiados (3º estado) freqüentemente conhecedores de negócios e boa base cultural sentiam-se capazes para desempenhar um papel importante no governo francês. Em janeiro de 1789, num folheto público, Siéyes afirmava que o 3º estado era a nação e a minoria privilegiada (115.000 religiosos e 400.000 nobre numa população de 26 milhões de habitantes) mera excrecência da vida nacional. A má colheita de 1787-88 estimulou ainda mais os problemas existentes, como um convênio comercial com a Inglaterra em 1786, vantajoso para os ingleses pelo qual duzentos mil operários franceses foram despedidos.

Ao lado de farores políticos, econômicos, sociais, etc. a revolução teve inspiração intelectual que era uma espécie de prolongamento do iluminismo. Basicamente duas teorias exerceram influência marcante: a teoria liberal de Locke, Voltaire e Montesquieu e a teoria democrática de Rousseau. E os grandes personagens da revolução e monarquia apareceram como: Luis XVI, Maria Antonieta, Lafayette, Marat, Danton, Robespierre, Mirabeau, Philippe Egalité, Brissot, Hébert, Desmoulins, Saint-Just.

A tomada da Bastilha durou apenas 4 horas de combate, mas a repercussão nas massas populares foi grande.

A revolução atendia os desejos da burguesia, assim, pouco a pouco foram liquidadas as esperanças de uma melhoria econômica das classes inferiores. Essas continuavam a pagar seus impostos. Sob o pretexto de liberdade, igualdade e fraternidade encobria-se injustiças profundas e um autoritarismo brutal, especialmente na fase do terror. Mais ainda, continuava a escravidão nas colônias e o imperialismo sobre os povos como também as guerras generalizadas por toda Europa e nas colônias. O golpe de Napoleão em 1799 pôs fim, oficialmente, a Revolução Francesa. A burguesia contudo, tinha garantido o seu poder e por conseqüência as suas regalias a partir das leis.

Em 1889, a Revolução comemora 200 anos. Se em 1889, um século atrás, a França estava envolvida com a Inglaterra pela posse do Egito e comportando-se como imperialista sobre a África Negra, neste fim de

século XX, está envolvida com uma das últimas ilhas coloniais, a Nova Caledônia que quer a independência. Não basta isso, hoje a França é um país exportador de armamento sofisticado, colaborando para a manutenção dos conflitos no terceiro mundo.

A comemoração dos 200 anos ainda divide o país. É o antagonismo das classes, o sabor do conflito. Está latente o "coupé en deux". Como superar essa divisão? O que dizer hoje, se a tomada da Bastilha foi boa ou má?

Comemorar uma Revolução que acenou inicialmente para a democracia e a igualdade entre os homens para depois dar origem ao Terror e à ditadura do Comitê de Segurança Pública, constitui um problema complexo e psicologicamente inadequado, afinal a Revolução fere os princípios da Revolução ao massacrar os contra-revolucionários da Vendéia.

O Terror de 1793, cujo guia era Robespierre, teve fieis imitadores em revoluções posteriores como Stalin na Rússia, a "Camarilha dos Quatro" na China e Komeini no Irã.

Diante desses elementos, estamos inclinados a admitir que é preciso rever a história da história da Revolução Francesa, descobrindo com mais clareza a verdade na história. É necessário analisar com mais ponderação os intérpretes da revolução e contra-revolução afim de obter um melhor perfil do evento.

O historiador joga atualmente um papel importante diante daquele acontecimento, especialmente quando tem diante de si o aparecimento grupos de direita e esquerda. Direita, de um nacionalismo extremo e inconscientemente de verniz monárquico e uma esquerda ortodoxa que trata roseamente a Revolução. Está na hora de aprofundar criticamente o jacobinismo e o bolchevismo, estabelecendo uma analogia entre ambos, referente ao sentido que se dá a respeito da "transformação da sociedade".

Historiadores franceses contemporâneos aprofundam e analisam o acontecimento nas mais diversas perspectivas. François Furet que escreveu "Penser la Révolution Française" e "Dictionnaire Critique de la Révolution Française" (este último, estará pronto até o fim de 1988, em associação com Mona Ozuf, pela Gallimard) é o interprete da Revolução que questiona a análise marxista, tendo uma posição politicamente moderada diante dos acontecimentos, tendo em vista as contradições da revolução.

Oposto a Furet, está Albert Mathiez que viu na Revolução Russa os mesmos problemas da Revolução Francesa e com isso justificando o autoritarismo dos Montagnards e Robespierre, na medida que o objetivo era a "transformação da sociedade". É um excelente analista das classes sociais durante a Revolução. De qualquer maneira os historiadores de linha

marxista consideravam a Revolução como um todo a exemplo de Mathiez e de Albert Soboul. Enfim, para eles "La Révolution est un bloc".

O historiador Pièrre Agulhon, vê ceticamente a Revolução, pois liberdade é uma convicção de homens e grupos independente de 1789. Ainda mais que a Revolução era controlada pelos próprios inimigos dos princípios da Revolução.

Reynald Secher no polêmico escrito: "Lt Génocide Franco-Française: La Vendée-Vengé", detalha a violenta guerra contra-revolucionária da Vendéia minimizando o caráter patriótico dos revolucionários e destacando o autoritarismo da Revolução, projetando o problema da autoridade até os nossos dias. Para ele a ação contra a Vendéia foi um crime premeditado de uma revolução utópica desequilibrada.

No "La Justice Revolutionnaire: Chronique de la Terreur", J. F. Fayard segue na trilha de Secher, revelando o lado sombrio ao afirmar que de 1792-95 a guilhotina eliminou 17 mil pessoas, exatamente no período em que as garantias da Declaração dos Direitos do Homem estavam suspensas.

O livro de Jacques Solé: "La Révolution en Questions", tenta levantar questões sobre a Revolução ao indagar por que a monarquia não executou reformas necessárias e por que a Revolução foi absorvida pelo "coup d'état" de Napoleão.

Diante das reflexões dos historiadores, permanece a impressão de que a Revolução é realmente controversa; o poder torna-se autoritário a partir das pressões internas e externas; a democracia e a liberdade resvalam quando passam da teoria à prática; o poder tem poder para corromper; o mérito da Revolução foi ter surgido na encruzilhada das correntes sociais e políticas que dividiam as nações. Ela nasceu do descontentamento diante dos privilégios reinantes e os absurdos das regalias da tradição.

Apesar de tudo, hoje, os privilégios continuam, trocaram de dono e, por ironia, estão na mão da burguesia.

CONCLUSÃO

A história do mundo tem como epicentro a Europa, ela é o paradigma da história moderna que irradia o conceito de Revolução. A história tendo sua parte subjetiva carrega problemas de objetividade que precisam ser refletidas no tempo, por isso a investigação para detectar os fatos é importante. A história tem um modo próprio de mostrar a verdade.

Na Europa do século XVIII, minada pelas guerras, atuam potências como Inglaterra, França, Espanha, Holanda, Prússia que cobiçando a Europa e outros continentes, se empenham em guerras de desgaste. Destas,

a Inglaterra sairá vencedora política e economicamente, levando a outros povos o sentido da industrialização moderna. A França levará para o mundo a concepção de Revolução, controvertida, mas Revolução que despertou povos para o ideal de liberdade e democracia dentro da visão burguesa.

Fazendo uma revisão sincera dos acontecimentos, a Revolução poderá ser melhor compreendida e avaliada pelos povos. Os intelectuais têm grande responsabilidade na história dessa revisão.

NOTAS

(1) COLLINGWOOD, R. G.: "A Idéia de História", s/d. Editorial Presença, Lisboa, p. 416.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, M. S.: La Europa del Siglo XVIII, Fondo de Cultura Económica, México, 1968.

BERNAL, J. D.: História Social de la Ciencia, 2 vols. Ediciones 62, Barcelona, 1973.

COLLINGWOOD; R. G.: A Idéia de História, Ed. Presença, Lisboa, s/d.

FRAILE, G.: História de la Filosofia, Vol. III, Bac, Madrid, 1966.

GARDINER, P.: Teorias da História, Fundação Gulbenkian, Lisboa, 1974, 2ª ed.

LABROUSSE, E.: L'histoire Sociale, Sources e méthodes, Paris, 1967.

MORA, F.: Dicionário de Filosofia, 2 vols. Ed. Sudamericana, Buenos Aires, 1971.

SCHAFF, A.: História y Verdad, Crítica, Barcelona, 1976.